

O Poder Americano

O livro organizado pelo professor de Economia Política Internacional, José Luís Fiori, *O poder americano*, é resultado de uma pesquisa iniciada na década de 1980, no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, por Maria Conceição Tavares, acerca da “retomada da hegemonia norte-americana”. Os textos publicados têm como fio condutor a posição estratégica dos Estados Unidos para atingir e manter o poder global, ensejado pelo desenvolvimento tecnológico como empreendimento militar, e calcado na ingerência estrutural da produção, das finanças, do comércio, da energia e das telecomunicações mundiais.

O livro é composto por três partes: 1) hegemonia e império; 2) ge-

opolítica e geoeconomia; 3) estruturas e poderes. A primeira parte ressalta a “formação, expansão e limites do poder global” dentro das perspectivas e contradições inerentes à existência de um único hiperpoder mundial catalisador das relações internacionais. Quando na década de 1970, Kindelberger e Gilpin lançaram sua teoria da estabilidade hegemônica, ressaltaram a importância de uma liderança no concerto das nações mediante a construção de um Superestado. Resumindo: os Estados Unidos deveriam tomar a condição de Leviatã, de Hobbes, para assegurar a ordem e a paz mundial, e preservar a fluidez da economia internacional. Entretanto, de acordo com Fiori, o paradoxo está na “descoberta de

que as principais crises do sistema foram provocadas pelo próprio poder que deveria ser o seu grande pacificador e estabilizador". A díade estabilidade/instabilidade, na visão do autor, resulta da construção deliberada do processo competitivo e conflitivo entre a centralização do poder e o movimento simultâneo de acumulação de riqueza, pois mediante tal modelo, a "vontade imperial" adquire as condições necessárias para se expandir. Nesse sentido, é interessante destacar a analogia, quase metafórica, que o autor chama de "jogo das trocas" e "jogo das guerras" na arena internacional, concluindo que é o próprio poder expansivo que cria seus adversários; indispensáveis para sua acumulação de poder. Os Estados Unidos constroem as regras do jogo de acordo com suas estratégias geopolíticas, na medida em que contribuirão para o aumento de seu poder global. O nascimento dos mercados nacionais não é consequência do desenvolvimento autônomo e endógeno de suas economias, mas fruto da vontade política, até mesmo arbitral, para o es-

tabelecimento e unificação das políticas econômicas nacionais. Não muito diferente da construção do mercado global, o jogo das trocas proporcionará maior acumulação de riqueza àqueles que estiverem do lado americano no tabuleiro. Nessa perspectiva, o jogo das guerras, ou melhor, o "espírito de guerra", proporciona aos Estados Unidos uma maior influência – poder – no cenário internacional, na medida que "a guerra também cumpriu o papel de aproximar territórios e unificar populações, eliminando concorrentes e centralizando o poder".

A segunda parte do livro aborda a formação do "minotauro" americano, propriamente dita. O paralelo entre a evolução dos impérios europeus precedentes e o império americano corrente está no fato de que ambos expandiram seus territórios econômicos, de forma contínua, desde o princípio. O fator primordial no desenvolvimento dos Estados Unidos-Colônia está na sua diferenciação perante a Metrópole, pois não era uma economia meramente agro-exportadora; foi, de

fato, um caso pioneiro de “desenvolvimento a convite”. Já em 1819, o secretário de Estado John Quincy Jones falava pela primeira vez do chamado “destino manifesto” e, mais tarde, em 1823, o presidente Monroe lançava sua doutrina em discurso proferido no Congresso dos Estados Unidos. Naquele momento, o País ainda não tinha acumulado o poder necessário para arbitrar sua vontade no cenário internacional. Não obstante, em 1898 os americanos dão seu primeiro passo rumo à escalada intervencionista militar, ao declarar e vencer a Guerra Hispano-Americana. Porém, nada mais elucidativo para atestar a ineficiência da intervenção militar americana a fim de alcançar seus objetivos – a expansão da democracia e mercados livres – do que a Guerra do Golfo em 1991 e a Guerra do Iraque em 2003. Concomitantemente aos fatos acima referidos, os americanos passaram a ocupar gradativamente a posição inglesa de âncora da economia mundial, ensejando maior dependência ao seu mercado, moeda e políticas econômicas. Quando Fiori

perguntou “onde foi e como se deu o bem-sucedido encontro da geometria do poder com a geometria da riqueza européia”, buscava uma resposta comparativa para entender a consolidação dos Estados Unidos como potência mundial, em termos de poder de ingerência na economia internacional. Franklin Serrano, de certa maneira, dialoga com Fiori, quando estabelece cronologicamente as fases no direcionamento das políticas econômicas americanas. De acordo com esse autor, de 1947 até meados dos anos 60, a prioridade da política econômica dos Estados Unidos foi o pleno emprego com altas taxas de crescimento em conjunto com a acelerada reconstrução dos países aliados na Guerra Fria. Não obstante, a primeira fase seria “o compromisso” (1947 – 1968) distributivo e a inflação baixa sob a égide do desenvolvimento da economia da maior potência mundial. A princípio, o novo arranjo da economia mundial do pós-guerra no contexto da Guerra Fria trouxe novo fôlego ao comércio exterior. Outro aspecto favorável à primeira fase foi

o regime de dólar fixo e o controle de preços do petróleo do Oriente Médio, permitindo a estabilidade dos preços nominais até 1970. Em seguida, o período de “contestação” (1968 – 1979) trouxe uma explosão salarial e o fim do “compromisso”. Uma nova geração de trabalhadores, provenientes de uma época de excepcional segurança política e econômica, trouxe maior acirramento no conflito distributivo em todas as economias centrais, em paralelo com novas demandas dos sindicatos e movimentos estudantis. O autor cita o chamado “dilema de Nixon”, centrado basicamente na idéia de que “se os EUA incorressem em déficits em conta corrente, esses progressivamente iriam perder suas reservas em ouro. Caso isto ocorresse, a idéia de que o dólar era as *good as gold*, que garantia sua aceitação internacional, seria minada”. Portanto, em 1971, o presidente Nixon unilateralmente abandonou o padrão ouro-dólar e passou ao dólar flutuante. A terceira fase é chamada de “restauração da hierarquia” (1979 – 1984), pois a posse de Paul Volcker

no FED (Federal Reserve), em 1979, marcou a virada conservadora na política econômica dos Estados Unidos. Volcker desiste de coordenar a política econômica com outros países industrializados, e, após o segundo choque do petróleo, inaugura um período de taxas de juros reais elevadas. A “estabilização do padrão dólar flexível” se dará no período de 1985 a 2004, iniciado com uma desvalorização do dólar em quase 50% – o que, logicamente, beneficiou a competitividade externa de suas indústrias. A indagação sugestiva que o autor realiza no final de seu capítulo indica se será razoável deixar de aceitar dólares como pagamento de exportações para os Estados Unidos no futuro. A resposta está no fato de que esse País ainda é o maior mercado do mundo, e não aceitar dólares como pagamento corrente significa, teoricamente, ser excluído.

A terceira - e última parte do livro - trata das “estruturas e poderes”, partindo da argumentação de que o desenvolvimento tecnológico americano, depois da II Guerra Mundial, foi em grande parte decor-

rência desse comprometimento na guerra. A montagem do “complexo militar-industrial-acadêmico” foi crucial para o desenvolvimento da pesquisa científica, e o desafio era reduzir o tempo entre as invenções e inovações no processo produtivo. Interessante é notar que o grande paradoxo está na incapacidade dos Estados Unidos em fazer uma guerra barata ou de sustentar politicamente uma guerra longa e cara. Não obstante, o complexo desenvolvido para a integração militar-industrial-acadêmico criou, também, uma nova demanda para a indústria de alta tecnologia. Nessa perspectiva, o petróleo demarcou três fases no desenvolvimento econômico dos países. A primeira (1945 – 1973) instaurou o monopólio das grandes empresas anglo-americanas, que assim garantiam a segurança energética global. A segunda fase (1973 – 1982) é marcada pela consistente perda de controle sobre a produção e preços do petróleo em decorrência dos choques da OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo, apesar das

grandes empresas petrolíferas ainda manterem o domínio sobre o refino e distribuição do óleo. A terceira fase, iniciada em 1985, traz baixo crescimento da demanda e aumento da fragmentação operacional das indústrias petrolíferas através da terceirização.

Na atual conjuntura internacional, o livro *O poder americano* é importante referencial teórico para compreender a regência do concerto das nações pelo “minotauro” americano. Toda guerra precisa de um inimigo. A inexistência de um alvo claramente definido, estreita ou amplia a abrangência dessa guerra. Um contra todos ou todos contra um? A delimitação do campo de ação no cenário internacional será produto dos estrategistas envolvidos na elaboração da nova geopolítica mundial. A grande incógnita é saber se os Estados Unidos estão dispostos a cooperar com os organismos internacionais para alcançar, ou pelo menos almejar, a “paz perpétua” de Kant.

NOTA

FIORI, J. L. (Org.). **O poder americano**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.